

FHC quer união pelo convencimento

Presidente busca argumentos pedagógicos para debelar crise interna no governo

Pablo Pereira
de São Paulo

Ele acha que pode parecer vaida de exagerada pautar seus discursos e suas ações no poder por uma relação pedagógica com seus interlocutores, e com o País. Mas não se furta de fazê-lo. Sempre que vê diante de si uma platéia, não resiste: assume o que chama de reflexo de professor e, de imediato, abre espaço para sua incontornável necessidade de convencimento. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, com seu talento natural, é mestre na arte de esperar que idéias e crises amadureçam para depois entrar em cena.

Nos últimos dias, viu ruir ao seu lado boa parte de uma equipe de governo que montou criteriosamente para criar um equilíbrio de forças internas no poder. Perdeu, no rolo compressor do escândalo da gravação ilegal de conversas telefônicas, dois auxiliares de primeira linha, com os quais contava para seu segundo mandato. Dois desenvolvi-

mentistas, os irmãos José Roberto, da área de exportações, e Luiz Carlos Mendonça de Barros, das Comunicações e chefe da maior privatização já feita no setor.

Mais do que isso: viu sair de seu círculo mais próximo o presidente da principal agência de financiamento público do País, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, homem da confiança dos Mendonça e que queria, a partir de janeiro, como chefe de um seleto grupo de conselheiros. Resende exerceria um elo com a ala dos mais ortodoxos Pedro Malan, da Fazenda, e Gustavo Franco, do Banco Central.

Diante desse quadro, o professor deparou-se, para usar uma expressão dele mesmo, emparedado. Teve



Fernando Henrique Cardoso

de, rapidamente, de mostrar, interna e externamente, que a crise do grampo provocou sim estragos no governo, mas que o País permanece sob seu comando.

Anteontem, no dia seguinte ao afastamento dos envolvidos na crise, que foram surpreendidos pela ausência de apoio da base parlamentar no Congresso — com o qual contavam —, o presidente chamou para si a tarefa de ajustar as coisas. Reuniu líderes da base parlamentar para tentar encerrar o caso do grampo na área política, apelou por união e, horas depois, aproveitou uma solenidade para um discurso forte em defesa de reformas, bem no tom que o fascina no exercício do poder.

Determinou, em seguida, que assessores interinos assumissem as

vagas abertas na administração federal até que ele próprio anuncie a formação do ministério do novo mandato. E confinou as mudanças de segundo escalão ao espaço que a elas é devido.

Ontem, ele teve o mais normal dos seus expedientes na Presidência nas últimas duas semanas. Passou a jornada envolvido com afazeres do cargo em busca do prumo nacional. Autorizou o porta-voz Sérgio Amaral a dizer no briefing diário do fim da tarde no Palácio do Planalto que o próximo mandato será iniciado com as taxas de juros caindo ("menor do que 35% na virada do ano") e que não comenta o assunto das fitas "ilícitas". E soube, no início da noite, que a base aliancista mais uma vez não lhe faltou. O Congresso aprovou mais um conjunto de medidas do plano de ajuste fiscal, considerado pelos chefes da coalizão governista como saída para o encolhimento das dívidas da União.

(colaborou Kátia Guimarães,
do InvestNews)